

Educação, trabalho e perspectivas para o EMI

MÔNICA M. TASSIGNY
CCH-UNIDOR, Brasil

Mudanças no mundo do trabalho e da educação

As relações entre capitalismo, trabalho e educação têm sido objeto de estudo de diversos analistas. Questiona-se se a força produtiva tem se tornado descartável, se os atuais avanços tecnológicos têm fornecido nova qualificação aos trabalhadores; indaga-se se o trabalho diminuiu de importância na vida das pessoas; se o trabalho vem exigindo um perfil de escolaridade mais complexo ou apenas polivalente; e, por fim, se as novas formas de organização do trabalho, baseadas nos avanços tecnológicos têm permitido uma ampliação da base de conhecimentos dos trabalhadores.

Entre as questões mais importantes da atualidade encontra-se a tentativa de caracterização do curso do capitalismo neste início de século. A angústia vivida por grandes contingentes de jovens egressos do Ensino Médio e de trabalhadores, praticamente no mundo todo, vem da constatação da degradação acelerada das condições de vida: "(...) ressurgimento e permanência do desemprego, precariedade das condições de existência, destruição da proteção social, ressurgimento da fome (...)" (CHESNAIS, 1997, p. 7).

A expressão "mundialização do capital" ou "globalização da economia" remete, na falta de termo melhor, ao fato de estarmos dentro de um novo contexto de liberdade quase total do capital para desenvolver-se e valorizar-se, deixando de submeter-se aos entraves e limitações que fora obrigado a aceitar nos últimos 40 ou 50 anos. Contudo, não se trata de um capitalismo "renovado"; simplesmente ele reencontrou bases mais adequadas para o revigoramento do mercado, com o surgimento e desaparecimento de muitas ocupações ou postos de trabalho e de formas reestruturadas de extração de lucro.

No exame dos quesitos economia e produção, várias pesquisas apontam para mudanças no mundo do trabalho, grosso modo denominadas de "reestruturação produtiva", ocorridas a partir do incremento de novo patamar tecnológico para a produção: incorporação de processos de automação / robótica, por exemplo, ou de base microeletrônica incorporada ao processo de trabalho.

Essas mudanças tecnológicas surgiram entre as décadas de 1940 e 1950, principalmente nos países desenvolvidos e marcaram a transição de uma sociedade industrializada para uma sociedade "tecnizada" (MACHADO, 1992).

Revista Iberoamericana de Educación

ISSN: 1681-5653

n.º 48/1 – 15 de diciembre de 2008

EDITA: Organización de Estados Iberoamericanos
para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)



A sociedade “tecnizada”, entretanto, não é a sociedade industrial mais desenvolvida. Trata-se de algo novo, que não modifica a essência do modo de produção capitalista, mas traz-lhe novos contornos, sobretudo, nas exigências de educação/ qualificação¹ do trabalhador.

Contextos produtivos e a relação trabalho e educação

Na sociedade industrial, o mundo da produção tinha como paradigma a organização de unidades fabris que concentravam grande número de trabalhadores, distribuídos em uma estrutura vertical e altamente hierarquizada, cuja finalidade era produzir em larga escala, para atender demandas relativamente homogêneas de mercado, segundo as possibilidades de aplicação da eletro-mecânica ao processo produtivo.

Essa base taylorista-fordista do processo produtivo exigia dos trabalhadores o cumprimento rigoroso de normas operatórias, segundo a prescrição de tarefas, exigindo-se disciplina na sua realização. (KUENZER, 2002).

A partir dessa perspectiva, era suficiente alguma escolarização, um breve curso de qualificação profissional e muito mais experiência prática no próprio local de trabalho, de forma que demandava alguma formação de combinasse o desenvolvimento de habilidades psicofísicas e de algumas condutas, com algum conhecimento, apenas o necessário para o exercício da profissão.

Compreender os movimentos e os passos necessários para cada operação, memorizá-los e repeti-los em determinada seqüência demandava uma pedagogia que objetivasse a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados (KUENZER, 2002).

No Brasil, urge esclarecer que a sociedade tecnizada surgiu quando a sociedade de base taylorista-fordista ainda não tinha se esgotado totalmente, contudo, a introdução da microeletrônica na produção, a partir dos anos 90, constitui um fato constatável em vários setores da vida produtiva (indústrias automobilísticas, têxteis, etc.) e tem acarretado conseqüências importantes para o movimento de desqualificação e qualificação da força de trabalho ou quanto às exigências educacionais, conforme as explicações que se seguem.

A mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica no processo de produção passa a exigir o desenvolvimento de certas habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: capacidade de análise, síntese, rapidez de respostas, criatividade perante situações inesperadas, interpretação e uso de diferentes linguagens, capacidade para trabalhar em grupo, etc.

As atuais demandas do processo de valorização do capital, dentro desse novo paradigma produtivo, que alguns estudiosos do mundo do trabalho denominam de “toyotismo” (método de inspiração

¹ Qualificação no sentido de um conjunto de qualidades físicas e mentais que compõem a capacidade de trabalho. Todavia, sob as relações capitalistas, essa capacidade assume uma determinação social particular: vem marcada pelo processo de extração da mais-valia, portanto, traz a marca da exclusão.

japonesa), passou a demandar uma educação dos trabalhadores de novo tipo, para adequação aos métodos flexíveis de organização da produção e de gestão do trabalho².

Com a aplicação da microeletrônica, os equipamentos tornaram-se mais “flexíveis” e abriram a possibilidade de serem programados para diversas finalidades, o que oportunizou atender à crescente diversificação do mercado no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, a parcela de trabalhadores que tem acesso à programação de máquinas, precisa apresentar-se com maior escolarização/qualificação. Entretanto, no mesmo cenário encontram-se, também, trabalhadores reduzidos às funções elementares de simples preparação ou de vigilância dos equipamentos, exigindo-se igualmente baixa escolaridade no cumprimento de trabalho repetitivo e fragmentado.

A essa base produtiva correspondem processos de trabalho flexíveis, bem como passou a exigir a flexibilidade de funções. Esse processo de exigência de flexibilidade (trabalho e funções) trouxe a possibilidade de redução dos níveis de divisão e de fragmentação do trabalho, pois possibilitou o intercâmbio de funções, favorecendo a polivalência, como novo perfil de qualificação da força de trabalho³, exigindo-se novas necessidades educacionais.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que esse cenário produtivo passou a demandar: posse de escolaridade básica, compreensão global de um conjunto de tarefas e elevação da capacidade de abstração e de seleção e trato de informações.

Porém, nem todos os que manejam as novas tecnologias tiveram o conteúdo do trabalho flexibilizado. Muitos ficaram reduzidos à simples execução de tarefas, como, observar alarmes, ligar/desligar máquinas, etc.

Numa formação econômica-social como a brasileira, caracterizada por um processo de desenvolvimento capitalista desigual, convivem, no mesmo cenário, o trabalhador tradicional, fruto do processo de industrialização de bases tayloristas/fordistas, com salários e níveis educacionais baixos, instabilidade no emprego, precarização das relações de trabalho e desempenho de funções desqualificadas, com um pólo reduzido de um novo tipo de trabalhador. Esses desfrutam de salários e deles se exige níveis educacionais mais elevados, alta qualificação para o manejo de tecnologias na produção, ao mesmo tempo em que desfrutam de relativa estabilidade no emprego.

Quanto ao processo de educação/qualificação, se é verdade que dentro da nova base técnica da organização do processo produtivo encontram-se elementos novos que apontam para a recuperação do controle do saber na produção, a polivalência exigida ao trabalhador tem sido, simplesmente, trabalho mais variado, e não tem significado, obrigatoriamente, maior intelectualização do trabalho. É suficiente, para ser

² Os métodos flexíveis de organização e gestão do trabalho passaram a exigir não só novas habilidades dos trabalhadores como demandou nova pedagogia. Essa encontra sua melhor expressão na pedagogia das competências, produção recente sobre a qual já se encontra abundante literatura, e também severas críticas.

³ A alteração no âmbito da qualificação dá-se por dois mecanismos: uma flexibilização por agregação de novas funções para cada trabalhador (polivalência, multi-habilitações) e por novo perfil de qualificação, demandando capacidade de abstração. Todavia, esta nova realidade do trabalho e da qualificação não é geral. Convivem formas de organização rígidas de trabalho e trabalhadores semiqualficados.

um trabalhador flexível e polivalente, o recurso aos conhecimentos empíricos disponíveis no ambiente de trabalho, permanecendo o conhecimento tecnológico ou o emprego da ciência na produção como algo que lhe é exterior, inacessível e estranho.

A polivalência, assim, tem se apoiado no uso superficial de conhecimentos e de informações, somente os necessários para utilização ou programação de máquinas e equipamentos. Nesses termos, a unitariedade do pensar e do fazer, como base alardeada pelos princípios do "toyotismo", como base produtiva da "sociedade tecnizada", não tem conseguido superar o caráter de superficialidade e fragmentação do conhecimento no processo de trabalho, embora possa se constatar uma ampliação das exigências de educação/ qualificação do trabalhador para lidar com diferentes instrumentos técnico-científicos na produção.

A construção de um saber polivalente, entretanto, depende da educação, mas sem que seja necessário uma grande revolução na escola. Na verdade, o trabalhador polivalente se faz no trabalho, demandando sim, certa exigência de elevação do nível de escolaridade. Embora a educação e a qualificação para a polivalência representem um avanço perante as formas taylorizadas e fordistas, apresenta apenas um avanço relativo, pois o conhecimento tecnológico produzido e empregado nos processos de trabalho, ainda permanece como monopólio do industrial, do empresário (do capital).

Contrapõe-se ao "Saber Polivalente", a construção compartilhada, coletiva, do "Saber para o Cidadão Produtivo". Esse último pressupõe uma revolução da Educação Básica, sobretudo do Ensino Médio e da Educação Profissional. A formação do cidadão produtivo se insere dentro de um projeto de desenvolvimento social de ampliação dos processos e espaços educativos e de socialização crescente de conhecimentos unitários: de formação geral integrada aos conhecimentos do ensino profissional, não se restringindo, entretanto, ao imediatismo do mercado.

Perspectivas do EMI⁴ na formação do cidadão produtivo

As atuais demandas da globalização, da tecnologia, do trabalho e da educação, obrigam um repensar coletivo sobre as perspectivas de formação dos jovens trabalhadores.

De um lado, as pressões do mercado exigem novas competências para o trabalhador, e, de certa forma, essas são estratégicas para o desenvolvimento sócio-econômico dos estados. Do mesmo modo, a necessidade de diminuição das desigualdades regionais, a demanda de capacitação e de educação tecnológica da população, a exigência de elevação do nível de escolaridade e de inclusão social. Não há dúvidas: estamos perante desafios de titãs!

Mas o que fazer neste contexto? Em primeiro lugar, consultar a base legal para o Ensino Médio e para a Educação Profissional poderá indicar caminhos profícuos na consolidação de uma sólida proposta de formação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) define como fim da Educação Básica: "(...) desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos anteriores (...).

⁴ Abreviação de Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Contudo, o quesito preparação para a progressão no trabalho, ainda carece de fundamentos, sejam legais, ou de compreensão da própria identidade do processo produtivo. Num primeiro momento, a reflexão sobre a exigência de articulação entre educação e formação para o trabalho⁵ demanda, desde o princípio, a integração de esforços entre gestores de diversas instâncias (Secretarias: Educação, Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, Conselhos), além do envolvimento de vários técnicos, de diversos níveis, na construção de uma proposta formativa que contemple múltiplas necessidades econômicas, culturais, sociais e que assegure a garantia de acesso ao direito à educação e ao trabalho do cidadão, além de sólida formação geral e de preparação para o mundo do trabalho.

Decerto, isso não será tarefa fácil. Exigirá, de um lado, longo período de reflexão, de debates, de amadurecimento e de participação coletiva na construção de uma nova identidade para o Ensino Médio.

Não se pode negar aos jovens o direito à educação e à preparação para o trabalho. Negações históricas do jovem brasileiro à educação e ao trabalho deve ser fruto de uma proposta que contemple em primeira mão:

(...) acesso aos conhecimentos socialmente construídos, tomados em sua historicidade, sobre uma base unitária que sintetize humanismo e tecnologia. A ampliação de suas finalidades – entre as quais se incluem a preparação para o exercício de profissões técnicas (...) (RAMOS, 2004).

Tudo isso irá demandar nova e ampla compreensão do conceito de educação e do trabalho, como princípio educativo. Concomitantemente, a elaboração coletiva dessas novas noções, que, por sua vez, devem ser elaboradas em conformidade com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Estados, segundo vocações e possibilidades potenciais de oferta de emprego/trabalho. Por outro lado, a necessidade do entendimento de que uma proposta de formação desta natureza não deve ficar atrelada somente às exigências imediatas e altamente fluidas, mutáveis do mercado de trabalho.

Nessa direção, propõe-se a elaboração coletiva de nova identidade para o Ensino Médio como etapa privilegiada para a integração de princípios do trabalho, da ciência e da cultura como etapa da Educação Básica.

Assim, a solidificação de uma proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio irá exigir esforços e novos entendimentos para a relação Educação (envolvendo a cultura, a arte, a ciência, etc., como amplas instâncias formativas) e o Trabalho (como categoria econômica da práxis produtiva e como categoria ontológica, enquanto práxis humana, formativa em sua própria natureza).

Não será da noite para o dia, a gestação e a solidificação de uma proposta com essas características. Mas deve-se ter claro que a apropriação desses princípios pressupõe estudos teóricos, conhecimento de sua base legal e discussões coletivas sobre a escolha dos cursos para a integração, sobre a elaboração da matriz curricular, sobre os conteúdos interdisciplinares e específicos e, ainda, sobre as estratégias de implantação, de acompanhamento e de avaliação.

⁵ Ver Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394/96. Trata da educação profissional, entre suas determinações, das modalidades e formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio.

Por essa via, a formação básica poderá superar a noção dualista entre formação geral e formação para o trabalho, assim como a noção de competência para a polivalência, quase sempre atrelada ao pragmatismo e à mutabilidade do mercado. A Integração do Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio deverá, portanto, partir de nova concepção na elaboração de princípios de uma Nova Pedagogia que pretende formar o Cidadão Produtivo com possibilidades diversas de formação, Embora específicas, essas devem incluir como base da proposta formativa, a garantia do acesso ao conhecimento produzido socialmente sobre o trabalho, sobre a ciência e sobre a cultura.

Bibliografia

- CHESNAIS, François (1996): *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- COGGIOLA, Osvaldo (1997): *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã.
- FERRETI, Celso J. [et. al] (1994): *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, R. J.: Vozes.
- FRIGOTTO, G.; MACHADO, L. R. de S, e KUENZER, A. [et. al.] (1992): *Trabalho e Educação*. Campinas, S.P: Papyrus/ Cedes, ANPED.
- RAMOS, Marise N. (2004): "O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura", in: FRIGOTTO, G., e CIAVATTA, M. (orgs): *Ensino Médio – ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC.
- SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L., e LOMBARDI, J. C. (orgs.) (2002): *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, S.P: Autores Associados, HISTEDBR.
- TASSIGNY, M. M. (2002): "A categoria Trabalho como Princípio Educativo e o Debate Educacional Sobre a Relação Trabalho e Educação", in: *A Crise do Mundo do Trabalho no Capitalismo Global*. Cadernos de Pós-Graduação Brasileira da UFC, Coleção Diálogos Intempestivos ed.Fortaleza : Editora LCR, vol. 4, pp. 155-166.
- (2001): "Le Fondement Ontologique de la Relation Travail-Education", in: *Congress Marx International*, ANAIS,Paris: Sorbone.
- (2004): "Ética, Ontologia e Educação", in: *Revista Brasileira de Educação*, n.º 25, pp. 82-93.